

FALE COM A GENTE!

Editor Marcelo Santos
E-mail economia@atribuna.com.br
Telefone 2102-7274

ECONOMIA

Setor de petróleo vai gerar R\$ 6 tri em royalties, diz ANP

Em São Paulo, segundo maior foco da indústria, serão investidos R\$ 220 bi; arrecadação chegará a R\$ 100 bi

DO RIO
O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, estima que, até 2054, o Brasil deverá receber investimentos de R\$ 1,8 trilhão no setor de petróleo e gás natural, o que vai proporcionar arrecadação de R\$ 6 trilhões para o governo em royalties e participações especiais.

Em debate sobre o futuro do setor, Oddone observou que o valor corresponde ao déficit fiscal do País. "Trata-se de R\$ 167 bilhões ao ano, o que equivale ao déficit fiscal do Brasil atualmente", afirmou.

Os investimentos levam em conta a realização do leilão da cessão onerosa, uma área cedida pelo governo à Petrobras em 2010 em troca de ações da estatal e limitada a reservas de 5 bilhões de barris de petróleo.

Depois de explorar a área, a Petrobras descobriu reservas de até 15 bilhões de barris, segundo Oddone, e por isso o governo decidiu fazer um leilão para vender o excedente (10,8 bilhões de barris de petróleo). O leilão ainda depende da aprovação do Congresso e de um acordo sobre o preço do contrato da cessão onerosa com a Petrobras, que está em andamento.

Segundo Oddone, ainda é possível realizar o leilão do excedente da cessão onerosa este ano, depois das eleições presidenciais. "Se fizer o leilão do excedente da cessão onerosa e conseguir aumentar o fator de recuperação dos campos maduros em 5%, vamos gerar investimentos de R\$ 1,8 trilhão", calculou.



Para a ANP, é preciso pressa para explorar as reservas de petróleo, já que o mundo vive a transição para a economia de baixo carbono

2º LEILÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO

A Pré-Sal Petróleo habilitou quatro companhias de petróleo para participar do 2º leilão de Petróleo da União em que serão ofertados contratos de compra e venda de petróleo da União oriundos da Área de Desenvolvimento de Mero e dos campos de Lula e Sapinhoá. As empresas são Shell Brasil, Total E&P; P Brasil, Repsol Sinopec e Petrobras. O leilão será realizado na Bolsa de Valores de São Paulo, na próxima sexta-feira. Segundo informações da Pré-Sal Petróleo, os lotes serão ofertados individualmente e poderão ser adquiridos para contratos de 36 meses ou 12 meses. Em três anos, os contratos somam um total de 14,4 milhões de barris de petróleo.

Ele prevê que o Rio de Janeiro receberá R\$ 1 bilhão do total dos investimentos e R\$ 480

R\$ 220 bilhões e arrecadação de R\$ 100 bilhões. "Mais de 50 plataformas deverão ser instaladas no Rio e 10 em São Paulo", estimou.

O cálculo de Oddone leva em conta a instalação de 27 plataformas para cumprir os contratos das rodadas de licitações até 2016, que vão gerar investimentos de R\$ 520 bilhões. Também estão previstas 22 plataformas para atender os contratos das rodadas realizadas em 2017/2018 e 2019, em que são esperados investimentos R\$ 504 milhões.

Ele ainda coloca nessa lista 17 plataformas de um possível leilão do excedente da cessão onerosa, que geraria R\$ 420 bilhões em investimentos. Um aumento de 5% no fator de recuperação de campos maduros no Brasil deve proporcionar mais R\$ 360 bilhões em investimentos, segundo o executivo.

Pelo alto valor dos investimentos, Oddone ressaltou que a exploração não pode ser feita apenas por uma empresa, em uma alusão à Petrobrás. (Estadão Conteúdo)

Petrobras pede ressarcimento de R\$ 42,1 bi

■ A Petrobras informou que tem participado em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF) e a Advocacia-Geral da União (AGU) na esfera cível de 16 ações de improbidade administrativa, buscando o ressarcimento de R\$ 42,1 bilhões. Desse montante, R\$ 10,9 bilhões se referem a indenização e R\$ 31,2 bilhões à possível aplicação de multas pelos pagamentos de vantagens indevidas, bem como a devolução de todo o lucro auferido pelas empresas em decorrência dos ilícitos.

No âmbito da operação Lava Jato, a Petrobras informa que já foram devolvidos aos cofres da companhia mais de R\$ 2,5 bilhões em decorrência de acordos de colaboração e leniência e repatriações. Em comunicado, a estatal ressaltou que tem atuado, na esfera penal, como assistente de acusação em 53 ações propostas pelo Ministério Público Federal (MPF), buscando sempre o reconhecimento da qualidade de vítima, bem como a condenação dos acusados (pessoas físicas) no chamado "dano mínimo", que vem a ser o menor valor para indenização decorrente dos crimes.

O valor das condenações, acrescenta a companhia, será revertido em favor da Petrobras, após o encerramento completo da discussão judicial. "Até o momento, já houve a condenação de vários acusados, mas apenas após o esgotamento dos recursos às instâncias superiores a companhia estará habilitada a executar tais valores, hoje no montante aproximado de R\$ 1 bilhão", informa a estatal.

A companhia também tem solicitado ressarcimento por prejuízos imateriais e de imagem (danos morais), conclui a nota. (EC)